

MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

ATA N.º 6/2011

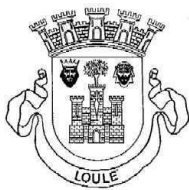
Sessão ordinária de 21 de dezembro

Aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e onze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Edifício Eng.º Duarte Pacheco, em Loulé, deu-se início à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Loulé, sob a presidência do Sr. Presidente Mário Patinha Antão, convocada ao abrigo do artigo trigésimo sexto do Regimento, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos: -----

-----**Lista de Presenças:**-----

21 Deputados Municipais do PSD – Mário Patinha Antão, Manuela Maria Palma Nobre Semedo Tenazinha, (1ª Secretária), Maria José Botelho da Palma Bento Vasques, Gilberto José Carapeto de Sousa, Ricardo Manuel Casanova Lampreia, Maria Graciete Baião Botelho Freitas, Mário Baião Botelho da Silva, Carlos José das Neves Catarino, Irina Alexandra Mendes Martins, Fábio Manuel da Silva Bota, Márcio Alberto Morgado Pires Rodrigues, Analidio Correia da Ponte, José João Gonçalves Guerreiro, Telma Isabel Domingos Apolónia, João Manuel Guerreiro da Conceição, Eugénio Manuel Coelho Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), Fernando Manuel Guerreiro Vargues (Presidente da Junta de Freguesia de Benafim), José Coelho Mendes (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Manuel Viegas dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia de Querença), Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir), Horácio Correia da Piedade, (Presidente da Junta de Freguesia de Sebastião), Carlos Alberto Viegas Grade, Presidente da Junta de Freguesia da Tôr; -----

13 Deputados Municipais do PS – Hugo Miguel Guerreiro Nunes, Rui Eugénio Ferreira Lourenço, Maria Helena Serafim Batista (2.ª Secretária), Carlos Manuel Pontes Costa, Luís Miguel Cristóvão Mealha, Vítor Cristiano da Piedade Ferreira, Maria da Conceição Leites E. Duarte, Orlando Manuel Guerreiro Batista Joaquim João Pinheiro Pinto (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), Abílio Vargas de Sousa (Presidente da Junta de



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

Freguesia de Ameixial), Rui de Sousa Mogo (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Pedro Maria Neves de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente); -----

1 Deputado Municipal do BE – Carlos José da Silva Martins (BE) -----

1 Deputado Municipal do CDS-PP – António José Mendes Pinto Farrajota; ---

Apresentaram pedido de suspensão de mandato: -----

O Sr. Deputado Helder Manuel Faria Martins (PSD), a Sra. Deputada Paula Alexandra Palma Martins Moura (PSD), a Sra. Deputada Jamila Bárbara Madeira e Madeira (PS),, o Sr. Deputado Carlos Gabriel da Silva Carmo (PS), a Sra. Deputada Maria Esteves Ferreira Lourenço (PS), e o Sr. Deputado João Manuel de Sousa Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil) – PS). -----

Pedido de renuncia de mandato – A Sra. Deputada Cristina Isabel Santos Brito (PS)-----

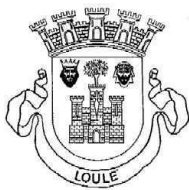
1- Período de Intervenção do Público;

2 – Período Antes da Ordem do Dia;

3- Período da Ordem do Dia:

a) - **Proposta 22/2011** – Aprovar a autorização para a contração do empréstimo de curto prazo no montante de 3.500.000,00 EUR, com a amortização integral até 31.12.2012, nos termos da proposta, ao abrigo da alínea d) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro;

b) - **Proposta 23/2011** – - Aprovar o projeto-proposta do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2012, nos termos da proposta, ao abrigo da alínea b)



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro.

Completou-se a Mesa da Assembleia com a indicação dos respetivos líderes das Bancadas do PSD e PS, representado como 1.ª Secretária – Manuela Maria Palma Nobre Semedo Tenazinha (PSD) e como 2.ª Secretária – Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Batista (PS). -----

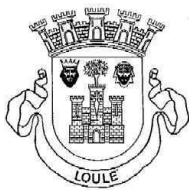
A sessão foi aberta pelo senhor Presidente da Assembleia, Mário Patinha Antão, começando por cumprimentar todos os presentes. -----
Seguidamente procedeu-se à leitura do expediente, nomeadamente pedidos de suspensão dos senhores deputados, que se fizeram representar pelos seus substitutos. Foi apresentada pelo deputado do Bloco de Esquerda uma Moção que pede a suspensão imediata de cobrança de portagens na Via do Infante do Algarve. Foi colocada à votação a Ata n.º 5 de 18 de novembro de 2011.-----
Aprovação da ata – Foi aprovada por unanimidade.-----

Usou da palavra a senhora 2ª Secretária, Helena Batista, que perguntou se em relação à Ata n.º 5 de 18 de novembro, alguém tem algum comentário a fazer relativamente à mesma.-----

Interveio o senhor deputado Carlos Martins (BE), que teceu algumas considerações sobre esta ata e fez uma chamada de atenção à mesa, no que concerne à consignação do resultado das votações em ata, para a necessidade de se mencionar quem votou contra e a favor e ainda relativamente às declarações de voto, o nome de quem as entregou e serem integradas na ata. -----

Respondeu o senhor Presidente da Assembleia, que as observações do senhor deputado são inteiramente pertinentes e a mesa tomará providências para que de futuro isso não ocorra.-----

A senhora 1ª Secretária, Manuela Tenazinha, explicou ao senhor deputado que tinha sido por lapso que não se tinha discriminado o resultado das votações e que isso será corrigido na ata e que futuramente isso será corrigido, sendo integradas na ata as Declarações de Voto e as Moções.-----



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

Colocada à votação a ata n.º 5 de 18/11/2011, foi Aprovada por Maioria com 1 abstenção do PS, do senhor deputado Carlos Costa.-----

Seguidamente entrou-se no Período de Intervenção do Público.-----

Período de Intervenção do Público:-----
Foi dada a palavra ao público presente na reunião.-----

Pediu a palavra a munícipe Paula Aço, representando os condóminos do centro comercial Bunganvília Plaza, na Quinta do Lago dizendo da insatisfação pela colocação de parquímetros, o que levou ao afastamento dos clientes e ao encerramento de lojas. -----

Agradeceu a resolução da Câmara Municipal de retirar, a partir do dia 22 de dezembro, as cancelas, que assim serão retiradas no período de inverno, período em que não irá ser cobrado o estacionamento.-----

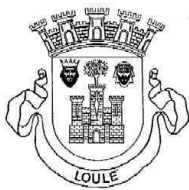
Questionou o Executivo se no próximo período de verão, os meses de julho, agosto e setembro, serão aqueles em que vai ser cobrado, uma vez que nos restantes meses do ano não faz qualquer sentido. -----

Apelou ao senhor Presidente, para ter isso em consideração.-----

Em seguida interveio o munícipe Michael Ferrada, representando os condóminos do centro comercial Quinta Shopping, na Quinta do Lago, agradeceu a amabilidade com que o senhor Presidente da Câmara, os tinha recebido no seu gabinete.-----

Informou que no dia de hoje, 21 de dezembro de 2011, tinha chegado um e-mail da empresa gestora do estacionamento urbano a comunicar a suspensão do pagamento dos parquímetros durante os meses de inverno, iniciando novamente durante o período dos meses de verão. Os cento e cinquenta funcionários do shopping, não têm sítio para estacionar os seus veículos automóveis, sugerindo a criação de um transporte mini bus, partindo de Loulé, Quarteira, de Almancil com destino à Quinta do Lago, isso poderia ajudar a resolver o problema porque, economicamente os funcionários destas empresas não têm meios para fazer face ao custo do estacionamento.-----

Abordou ainda a questão da iluminação na ciclovia que liga Almancil à Quinta do Lago, dizendo que os candeeiros colocados de 25 em 25 m, com dois pontos de luz, um para a estrada e outro para a ciclovia, são um erro. Um candeeiro não pode estar dentro de uma ciclovia, sendo um obstáculo para quem circula nesta via. Sugeriu assim a retirada de metade dos candeeiros e colocá-los na



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

estrada entre Vale do Lobo e Quinta do Lago, que metade dela está totalmente às escuras. -----

Falou ainda da questão da rotunda de acesso de Almancil à Quinta do Lago, já foi informado que estariam tirando medidas, sinal que as coisas estão evoluindo.-----

Interveio o senhor deputado Gilberto de Sousa (PSD), cumprimentando todos os presentes. Mencionou que o tema dos parques pagos teve uma ampla discussão e o resultado das medidas que se tomam têm que ser analisadas. Este problema levanta-se em mais sítios, não apenas na Quinta do Lago. Há que ver o resultado das medidas que se tomam para poder aferir da bondade ou não da medida. Disse ainda que nos meses de verão tem que existir uma maior disciplina no estacionamento e nesse sentido está seguro que o Executivo fará o seu melhor.-----

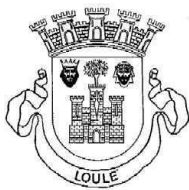
O senhor deputado Carlos Martins (BE), mencionou que esta fobia de alastrar o estacionamento para zonas turísticas, irá trazer problemas ao comércio, e aos trabalhadores, uma vez que afasta os clientes.-----

Existem zonas em que não se justifica ter estacionamento pago em determinado período do ano, outras terá que se manter. -----

Relativamente aos candeeiros na ciclovia, na sua opinião é um exagero, uma bicicleta ao circular na dita via, o espelho bate no candeeiro. Sugeriu a retificação dos candeeiros na ciclovia, uma vez que a eletricidade aumentou e ao fim do mês a conta da luz pesa e o dinheiro está escasso.-----

Interveio o senhor deputado Hugo Nunes (PS), e referiu que na questão do estacionamento, o PS foi muito crítico e ficou aqui presente que o assunto não foi estudado como devia e que a receita aqui em causa, não pagou os incómodos de todo este processo. Este tipo de alterações deviam ser feitas com um pouco mais de cuidado, porque incidem em áreas comerciais que já são penalizadas, nomeadamente nos meses de inverno e da primavera, em que a receita que está em causa não paga os encargos e neste caso o que se está a fazer é dificultar a vida dos empresários e das pessoas que habitam naquelas zonas. Chamamos a atenção na altura da aprovação destes parquímetros que isto ia acontecer, e deixou bem vincado que o PS tem a total abertura ao diálogo para que estas situações sejam corrigidas. -----

Interveio o senhor Presidente da Câmara, dizendo que aquilo que se passou em relação aos parquímetros foi que, nem sempre é fácil tomar medidas desagradáveis, as decisões são difíceis de tomar e tem que haver humildade para reconhecer os erros, sendo a participação dos cidadãos um ato de



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

cidadania. Explicou que, por solicitação dos lojistas e proprietários, foi estudado o pagamento do parque, uma vez que o parque estava sendo ocupado o dia inteiro com os veículos dos funcionários. Não foi a Câmara Municipal de Loulé que tomou a iniciativa de cobrar o parque, mas era necessário disciplinar o estacionamento. Apresentada esta proposta, foi suspensa a cobrança do estacionamento, para tentar ir ao encontro da proposta.-----

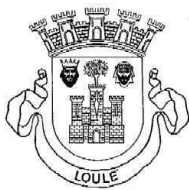
Relativamente aos candeeiros, o projeto de iluminação é feito pelos técnicos da Câmara Municipal, e a ciclovia de noite, obriga a ter a iluminação daquela forma, não se podendo pôr em risco a segurança de quem circula naquela ciclovia.-----

Novamente interveio o senhor munícipe Michael Ferrada, referindo que é praticante da modalidade de ciclismo e que encontrar os postes implantados no meio da ciclovia, é inconveniente. Que nunca viu isso em nenhuma outra parte do mundo. Entre Almancil e Quinta do Lago, estão mal colocados, em termos de circulação rodoviária. Os postes estão em cima da estrada que é muito estreita, que há qualquer coisa errada no conceito, existem regras que obedecem a um princípio comunitário e a administração não pediu autorização para esta situação. Diz não saber quem é que irá andar à noite de bicicleta entre Almancil e Quinta do Lago, quando em Almancil não foi contemplada uma continuação da ciclovia, sendo de lamentar, porque Almancil tem condições para que as pessoas pudessem andar de bicicleta, o que é atualmente extremamente perigoso.-----

No que respeita ao conflito da Bugarvília Plaza foi, a pedido de uma senhora chamada Rosário Bush, feito para ser criado um parque pago, era a administradora mas não pediu consentimento, enviou o ofício sem pedir autorização aos condóminos, o que está errado.-----

Pediu a palavra a senhora munícipe Helena Baião, que começou por dar os parabéns ao Executivo, pela humildade, concordando com tudo o que o senhor Presidente disse. Relatou um episódio passado na Marina de Vilamoura, local onde reside, e que lhe tinha sido injustamente cobrada uma multa por estacionar na Marina de Vilamoura. Que estas medidas não agradam a todos, porque se tornam injustas e desproporcionadas. Foi multada no dia a seguir à colocação de parquímetros tendo sido a 1ª pessoa a ser multada com 18€. Deveria pensar-se noutra solução nomeadamente um selo para residentes.-----

Respondeu o senhor Presidente da Câmara, que ninguém é perfeito, que nem ninguém é dono da razão, sendo o mais difícil decidir, porque há sempre pessoas que ficam fora da razão de quem decide, sendo que o mais importante



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

neste momento é termos chegado a um ponto favorável para todos. Que se irá analisando como é que as coisas vão evoluir.-----
Desejou umas boas Festas e agradeceu terem vindo.-----

Interveio o senhor munícipe André Guerreiro, dirigindo-se ao Executivo pedindo explicações para o seu assunto que já é sobejamente do conhecimento de todos, é funcionário da Câmara com o n.º1085 e que concretamente o seu pedido é para receber o ordenado na íntegra, desde 2010, informando que o Provedor de Justiça já lhe tinha dado a razão.-----

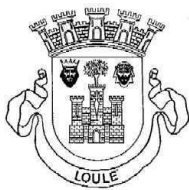
Prontamente o senhor Presidente da Câmara, se predispôs a explicar o sucedido, que o senhor André Guerreiro, há muitos anos anda em litígio com a Câmara, com aspirações a ganhar mais, mas que não tem razão legal para o fazer, uma vez que a lei não o permite, mas que respeita a posição do funcionário.-----

Seguidamente interveio a senhora Vereadora Teresa Menalha, para fazer uma explicação do caso em concreto, referindo que esta questão colocada pelo munícipe é praticamente do conhecimento público e de todos aqueles que trabalham na função pública. A avaliação de desempenho iniciada nas autarquias em 2006 contabiliza um número de pontos, que ao fim de 10, dá reposicionamento na categoria profissional. Em 2010, com a lei do Orçamento de Estado para 2011, limitou-se totalmente as promoções, elas ficaram suspensas, a aguardar que no futuro se reúnam as condições para se avançar nesse processo, não havendo promoções nem reposicionamentos para 2012, pelo contrário vão haver cortes nos salários. A Câmara Municipal de Loulé com a legislação que está em vigor não pode resolver o caso do munícipe como ele pretende.-----

Pedi a palavra o senhor munícipe David Lemos, informando que é proprietário de um restaurante na Quinta Shopping há cerca de 12 anos, abordando a questão da avenida entre Vale do Lobo e Quinta do Lago que está prometida e ainda não foi feita.-----

Questionou o executivo porque é que em Vale do Lobo foi tudo parado em determinado ponto não existindo continuidade. Até um determinado ponto é os Campos Eliseos e depois é África, disse.-----

Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal de Loulé, começou por explicar que estrada que foi feita à entrada de Vale do Lobo, foi feita através do financiamento de um protocolo, quando foi aprovado Vale do Lobo III, à semelhança de Vilamoura XXI, eram projetos especiais, aprovados no tempo do



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt

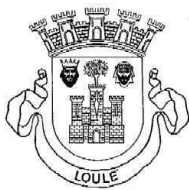


289 462 030

1º Ministro Cavaco Silva, que obrigavam a uma série de contrapartidas de investimento local, no concelho, ficando tudo definido, a quantia e onde o dinheiro era gasto. Neste acordo ficou o investimento para a construção da Avenida à entrada de Vale do Lobo que está feita e aí a Câmara não gastou dinheiro, o investimento foi feito por Vale do Lobo, como compensação pela mais valia que Vale do Lobo obteve, por terreno que não se podia fazer nada, a partir de determinada altura passou para terreno urbanizável. A Câmara entendeu não ter só a avenida feita até ali, e que o justo seria fazer a ligação entre Vale do Lobo e Quinta do Lago da mesma forma. Foi mandado fazer o projeto que se encontra praticamente concluído, pena é que estejamos a passar um período difícil em termos financeiros para concluir a obra. O projeto está pronto, iremos fazer o possível para o realizar, porque faz todo o sentido que se faça esta avenida. À medida que os empreendimentos esgotarem a sua função, a única tábua de salvação vai ser a Câmara Municipal de Loulé, em termos de investimento, daí que é urgente cada vez mais a Câmara ter a responsabilidade e ficar dentro destes empreendimentos. Foi solicitado começar-se pela rotunda do cruzamento da Palmeira e depois dentro das possibilidades da Câmara, ir ponto por ponto construindo esta avenida. Disse que, tem havido um défice na afirmação do concelho de Loulé no litoral do próprio concelho e Loulé tem dificuldade a afirmar-se naquilo que é. Nunca houve uma estratégia do concelho de Loulé afirmar-se naquilo que é, e lançou o repto para que esta avenida entre Vale do Lobo e Quinta do Lago, pudesse ser batizada como Avenida Cidade de Loulé Concelho ou Avenida Loulé Concelho, o nome ainda está por definir, é um sinal forte de união social entre o interior do concelho e o litoral do concelho.-----

Interveio o senhor deputado Hugo Nunes (PS), dizendo que o senhor Presidente da Câmara confunde PINS com projetos estruturantes, que não são a mesma coisa. Fez uma explicação da diferença. Relativamente à Avenida que o senhor David Lemos perguntou, dizer com frontalidade que a Câmara de Loulé não tem dinheiro para fazer aquela avenida nos próximos 5 anos.-----

Para responder ao senhor deputado Hugo Nunes, disse o senhor Presidente da Câmara que o deputado Hugo Nunes, não tinha percebido, porque o que interessa é a mais valia resultante da transformação de um terreno em que não é possível fazer nada e que de um momento para o outro, passa a ter uma valorização de milhões de euros e que obriga a uma contrapartida, sendo isso que tinha sido salvaguardado.-----



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

Entrou-se em seguida no Período de Antes da Ordem do Dia.-----

Período de Antes da Ordem do Dia:-----

O senhor deputado Carlos Martins (BE), fez a leitura de uma Moção sobre Portagens na A22.-----

Suspensão imediata da cobrança de taxas de portagem na A22/Via do Infante do no Algarve

CONSIDERANDOS:

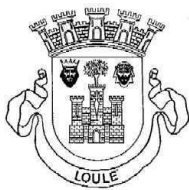
1. Após um processo de contestação geral no Algarve, o governo atual aprovou a cobrança de portagens na Via Infante de Sagres (designada A22) com início a 8 de dezembro passado.

2. Como fora previsto, com o início da cobrança de taxas elevadas numa via estruturante para o desenvolvimento socioeconómico da região, o tráfego médio diário de 14 548 veículos desceu mais de 60%, tendo agora uma "intensidade zero", segundo a própria EUROSCUT, concessionária da exploração.

3. Como se previra, o tráfego rodoviário transferiu-se para a EN 125, uma via litoral longitudinal conhecida como a estrada da morte, dada a sua elevada taxa de sinistralidade e mortalidade (a maior da Europa), colocando-a como uma das mais perigosas estradas do país.

De acordo com a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, de dezembro de 2009 a dezembro de 2010, o Algarve registou 176 feridos graves e 57 mortes na estrada. O elevado tráfego a circular na EN 125 multiplica ainda os custos em combustível e os índices de poluição, criando uma situação de caos e bloqueio à mobilidade, com custos agravados para a produtividade do trabalho e um entrave para a economia.

4. Como corolário da gravidade desta situação, os dados que se anunciam são de extrema preocupação para o desenvolvimento económico e social do Algarve: encerramento sucessivo de empresas das áreas da construção civil, restauração, distribuição, agricultura e turismo; redução de frotas rodoviárias, no barlavento e centro da região; abandono universitário por alunos em fluxo



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

diário; taxa de desemprego no último trimestre de 20,8%, a maior subida do país.

5. O sustentáculo da economia do turismo no Algarve está em causa, com a cobrança de portagens a empresas, visitantes e turistas que circulam a partir da ponte internacional do Guadiana, na continuação de vias europeias não portajadas. Anualmente são mais de 55 milhões de pessoas que se deslocam entre Espanha e Portugal e mais de 25 milhões de toneladas de mercadorias que fazem o intercâmbio comercial entre os dois países. A situação é tão grave que já motivou um conjunto de medidas legislativas e políticas de denúncia, esclarecimento e queixa contra Portugal, da parte da sociedade espanhola, num consenso entre organizações políticas, empresariais e cívicas.

6. É claro para os cidadãos, trabalhadores e empresários algarvios que não há futuro para o Algarve se não forem tomadas medidas sérias de anulação da cobrança de uma portagem injusta e perniciosa de todos os pontos de vista. Se tal não se verificar, o desespero, o desemprego, a miséria, o fecho de empresas e o descalabro da sustentabilidade do turismo, serão o quotidiano do Algarve, num contexto anunciado de crise sistemática, como aliás é previsível pela análise do orçamento de estado para 2012.

PROPOSTAS:

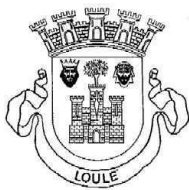
Perante o que atrás se expôs, a Assembleia Municipal de Loulé, reunida em 21 de dezembro de 2011:

i) Manifesta-se no sentido da suspensão imediata da cobrança de taxas de portagem na A22/Via do Infante.

ii) Delibera dar conhecimento desta intenção à Presidência da República, Assembleia da República e Governo, e ainda aos órgãos de comunicação social nacionais e regionais.

Assembleia Municipal de Loulé,
21 de dezembro de 2011.

O senhor deputado Pedro Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de S.Clemente), interveio para informar que iria votar a favor desta Moção, achando apenas que devia ter vindo antes do Natal.-----



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

Interveio o senhor deputado António Farrajota (CDS/PP), lembrou a todos os presentes que aquando da construção da A22 – Via do Infante, na altura tinha ficado assente que esta nunca iria ser portajada, pois tinha sido construída com fundos comunitários.-----

Referiu o senhor deputado Hugo Nunes (PS), que esta Moção corresponde à realidade e corresponde ao sentimento dos algarvios e das populações que aqui são representados, tendo desde já o voto favorável dos membros desta bancada, uma vez que somos contra a introdução de portagens, porque isso penaliza os algarvios e a economia algarvia e que também o PS tem responsabilidades nisso.-----

Seguidamente o senhor deputado Gilberto de Sousa (PSD), explicou de uma forma detalhada a insustentabilidade das SCUTS, e reconhece a imoralidade da cobrança em metade do troço, por não haver alternativa real.-----

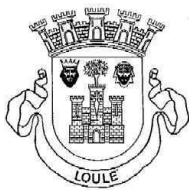
Felicitou o proponente da Moção que tem um vínculo político diminuto, e que o PSD não irá votar favoravelmente, mas também não inviabilizará esta Moção, pela preocupação que temos com a situação económica.-----

Foi dito pelo senhor deputado Luís Mealha (PS), que iria estar ausente desta votação, por se considerar impedido.-----

O senhor deputado Orlando Batista (PS), mencionou que os autores das leis são pessoas que lhes passa ao lado as dificuldades que há fora das grandes cidades, dos concelhos do Algarve e ressaltou os vários problemas que irão advir com a cobrança das portagens na A22.-----

Usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Mário Patinha Antão, para recordar o desenvolvimento deste processo da construção da A22, o Plano Rodoviário 2000 feito pelo Ministro João Cravinho, referindo que há 20 anos tinha sido feita uma parte da autoestrada e que em todo este processo tinha havido uma grande inconsciência política. O país enveredou por uma lógica de desenvolvimento, que depois o futuro veio demonstrar, que tinha sido uma orientação estratégica errada. Disse ainda que haveria a hipótese de isenção para residentes, o que minimizava os efeitos negativos. Concordeu com a intervenção do senhor deputado António Farrajota.-----

O senhor deputado Carlos Martins (BE), explicou que a Moção foi estruturada contando factos e expressa a preocupação da população do Algarve e do concelho de Loulé, e por tudo isso merece ser aprovada.-----



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

Após a discussão a Moção foi colocada à votação, e foi Aprovada por Maioria, com 13 votos a favor, sendo 1 do BE, 11 do PS e 1 do PSD, 22 abstenções do PSD, 1 do PS e 1 do CDS/PP.-----

Foi feita uma declaração de Voto oral, pelo senhor deputado Manuel Viegas dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia de Querença); -----

Declaração de Voto:-----

"Eu votei a favor da Moção apresentada, por diversos assuntos que eu agora vou expor, mas principalmente porque há uns anos atrás, estive à frente de uma oposição ao atravessamento da minha freguesia por uma rede elétrica de alta potência. Ela seria normal se passasse pela Via do Infante, por essa via onde ela passaria, mas entretanto houve diversas insistências, eu verifiquei depois também que o Algarve se podia apagar e Querença não podia nunca tomar uma posição tão grave. Nessa altura considerando a visibilidade que teríamos pela Via do Infante, que não teríamos essa alta potência passando pelo interior, achei bem, demos parecer favorável e votei a favor desta Moção, por uma razão principal; nunca vi numa fábrica existirem portagens, as fábricas não têm portagens, que serão os bloqueadores, terão controles, unidades, centro de custos, etc.

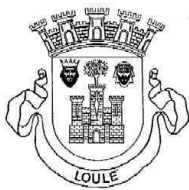
Se formos continuar numa fábrica a ter essas portagens, então o tráfego aéreo sairá muito naturalmente para Sevilha, virão operadores de rent-a-car que neste momento estão com muitas dificuldades no controle dos custos da Via do Infante e se calhar o aeródromo que nós queremos construir aqui em Loulé, não fará sentido.

Enquanto Espanha não tiver as mesmas portagens, que vai ter dentro de pouco tempo, não serão as SCUTS mas serão semelhantes, serão portajadas, teremos aí naturalmente um maior controle e uma interligação entre os países e que darão reciprocidade de matriculas, que neste momento a rent-a-car espanhol entra e não paga, e nós aqui assim, o rent-a-car não sabe como há de controlar esses custos.

Ora, o Algarve é uma grande fábrica, esta é uma via longitudinal da nossa fábrica, maior fábrica do que o Algarve não há. Esta é a nossa indústria, nós somos os agentes turísticos, nós temos a indústria turística, a maior fábrica do país."

Muito obrigado senhor Presidente.

A senhora deputada Irina Martins (PSD), fez a sua intervenção direcionada para os Conselhos Municipais da Juventude, que cumprem os fins de alargar a participação dos jovens na vida cívica. Questionou o Executivo sobre os Conselhos Municipais da Juventude referindo que tem que haver um espaço



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

para os jovens do concelho de Loulé, e que terá que existir uma revisão jurídica para uma melhor aplicação da lei que regula o Conselho Municipal da Juventude e que veio eliminar todos os obstáculos existentes. -----

Pediu ao Executivo para abrir caminho à implementação do Conselho Municipal da Juventude neste concelho.-----

Esta revisão vai permitir uma maior flexibilização e uma melhor aplicação da lei, sendo assim ultrapassadas todos os bloqueios para as autarquias, o que vai permitir uma melhor implementação. -----

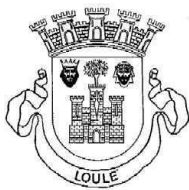
Terminou a sua intervenção, questionando o Executivo se irá haver espaço agora para os jovens deste concelho, para começarem a idealizar a concretização do Conselho Municipal da Juventude em Loulé.-----

O senhor deputado Hugo Nunes (PS), congratulou-se com a questão trazida aqui pela deputada Irina Martins, subscrevendo a intervenção, porque acha que a política tem um papel central na nossa vida, sendo bom que todos os cidadãos deste país se interessem por ela. Abordou a questão dos equipamentos sociais apoiados pelo Programa Operacional do Potencial Humano neste concelho, voltava a colocar a questão porque este ano que aí vem, é um ano em que se espera que estes projetos no concelho, arranquem e se concretizem, perguntava se o senhor Presidente mantém aquilo que disse no passado, relativamente à disponibilidade do Executivo para participar de forma igual nos vários projetos comparticipados.-----

Questionou ainda o Executivo sobre a Escola D.Dinis em Quarteira, uma vez que esta não tinha sofrido obras de beneficiação, as instalações encontram-se em estado de degradação muito grande, e que não iria beneficiar de um investimento concreto. -----

Questionou o Executivo sobre qual o projeto para a escola D.Dinis, quando se espera que haja uma intervenção. -----

Interveio o senhor deputado Carlos Martins (BE), que focou a sua intervenção na questão de uma deliberação tomada na conferência de representantes, realizada recentemente sobre o chamado Documento Verde da Reforma da Administração Local. A aprovar-se este documento agora em discussão pública, haverá alterações profundas na organização territorial do poder local. O que está no projeto é reduzir substancialmente o número total de freguesias. O nosso município é das maiores áreas territoriais do país e também tem o maior número de freguesias do Algarve. Quais as consequências de todas as medidas aprovadas e o trabalho que irá ser feito de forma a minimizar os problemas daí resultantes.-----



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

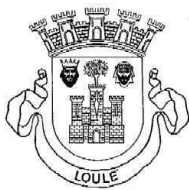
Em seguida o senhor deputado Gilberto de Sousa (PSD), referiu que este assunto foi objeto de uma proposta apresentada na Assembleia da AMAL pela CDU e que na altura propôs à CDU que retirasse a proposta, no sentido de se fazer um debate aberto na Assembleia da AMAL. Ficou lá combinado que se irá debater esta questão numa próxima Assembleia da AMAL, mas não faria sentido fazê-lo sem que cada uma das Assembleias Municipais o fizesse previamente, daí concordar com a proposta do deputado Carlos Martins.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, interveio para responder às questões apresentadas. Começou por dizer que ninguém poderia garantir que no próximo ano, ou nos próximos, haja situação financeira para se poder fazer o que quer que seja. Se houver condições, prioritariamente como aqui foi dito, concerteza irá haver investimento na construção dos lares do Ameixial, da Tôr e de Benafim. No que respeita à Escola D.Dinis e ao Parque Escolar e até a Escola Secundária de Loulé, não sabe como é que vai ser, não tinham neste momento cobertura financeira para se proceder às obras necessárias, à semelhança do que acontece um pouco por todo o país. Relativamente à escola D.Dinis, a responsabilidade daquela obra é do Ministério da Educação, e previa um investimento de cerca de 5 milhões de euros para a construção da nova escola D.Dinis, sendo que a escola custaria 10 milhões de euros. A Câmara Municipal nunca poderia aceitar esta situação, tendo denunciado este mesmo acordo com este Governo daí não haver intervenção da Câmara na escola.-----

A verba que a Câmara recebe do Estado para a conservação das escolas, é de cerca de 20 mil euros para cada agrupamento escolar, nem uma sala este dinheiro dá para manter. Não existe ninguém que faça os registos das escolas em nome das Câmaras por transferência através do orçamento de Estado, portanto as escolas não são das Câmaras, nem as Câmaras têm o poder de intervir nas escolas.-----

Referiu ainda que a questão abordada pelo senhor deputado Carlos Martins, é bastante pertinente e informou todos os deputados municipais, que o senhor Secretário de Estado da Administração Local, em reunião com os autarcas na AMAL em Faro, clarificou esta situação, dizendo que até ao final do próximo mês de janeiro irá ser apresentado o Projeto-Lei sobre esta matéria e seguidamente irão ser dados 90 dias para a marcação das Assembleias Municipais para discutir o assunto.-----

No que respeita à intervenção da deputada Irina, felicitou a sua intervenção, e dizer que a Câmara Municipal de Loulé, assume a responsabilidade de implementar o Conselho Municipal de Juventude o mais rapidamente possível, assim que seja aprovada a lei, uma vez que é importante que os jovens participem na vida política do concelho.-----



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

Entrou-se no Período da Ordem do Dia

Período da Ordem do Dia:

a)- Proposta 22/2011- Aprovar a autorização para a contração do empréstimo de curto prazo no montante de 3.500.000,00 EUR, com a amortização integral até 31.12.2012, nos termos da proposta, ao abrigo da alínea d) do n.º2 do artigo 53.º da Lei n.º169/99 de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º5-A/2002 de 11 de janeiro;

Para introduzir o tema o senhor Vice-presidente, José Graça, interveio e explicou a razão da contração deste empréstimo de curto prazo no valor de 3.500.000.00€. Que era essencialmente para fazer face às despesas de tesouraria ao longo do ano de 2012, cuja amortização terá de ser liquidada até 31 de dezembro de 2012.-----

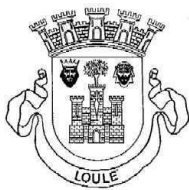
Interveio o senhor deputado Hugo Nunes (PS), que questionou o executivo sobre qual o montante já amortizado do ano em curso. Qual o montante máximo que foi utilizado e qual a dimensão dos problemas de tesouraria da Câmara Municipal de Loulé.-----

O senhor deputado Carlos Martins (BE), evidenciou o facto de mais uma vez a proposta vir a esta Assembleia sem a devida fundamentação e sem as respetivas taxas de juro, assim como o montante das dívidas a fornecedores, uma vez que a proposta se enquadra dentro da lei, tudo isso deveria vir explicado na proposta.-----

A situação financeira da Câmara agravou-se significativamente devido a um decréscimo acentuado das suas receitas e que os compromissos a curto prazo e dificuldades de tesouraria obrigam a tomar esta decisão, para não correr o risco de falta de credibilidade junto dos fornecedores que esperam há bastante tempo pelo pagamento das obras já efetuadas.-----

Depreendeu que a Câmara tem um capital em dívida deste ano de empréstimos a longo prazo de 52,6 milhões de euros e cujos encargos com esta dívida para pagar durante 2012, será de 4,3 milhões de euros, agravado destes 3,5 milhões de euros, portanto são cerca de 8 milhões de encargos com empréstimos, o que criará muitos problemas à Câmara para executar obras. O BE irá votar a favor desta proposta. -----

O senhor Vice-presidente, José Graça, informou que no ano corrente tinham sido contratados 5 milhões a curto prazo e que apenas 4 milhões tinham sido utilizados. Em relação à dívida de curto prazo, tem sido gerida dentro das



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

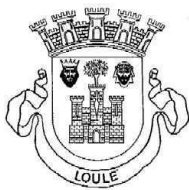
possibilidades financeiras da Câmara, existindo dívidas a fornecedores, a empreiteiros, mas o passivo da Câmara Municipal de Loulé, no ano de 2011, está situado nos mesmos valores do ano passado, quando se fechou o ano de 2010. As amortizações e juros, o total dos empréstimos de médio e longo prazo, 50 e tal milhões de euros, têm sido rigorosamente pagos no dia em que vence a amortização e o juro. Mais informou que hoje mesmo tinha sido saldada a dívida do valor total de curto prazo. De todos os bancos consultados aqui referidos, o que tiver a melhor taxa será aquele que ganha.-----

O senhor deputado Hugo Nunes (PS), questionou o senhor Vice-presidente sobre o montante necessário para colmatar a dívida pública. A Câmara deve fazer acompanhar a discussão e o documento das Grandes Opções do Plano de um documento que fosse a execução de Orçamento e das Grandes Opções do Plano ao final do mês de novembro e que o remetesse à Assembleia Municipal, mas o senhor Vice-presidente para contrariar isso, enviou o mapa, que acha que é aquilo que cumpre a lei que diz respeito à informação que o município deve prestar à Assembleia Municipal sempre que envia a atividade municipal, o mapa compara a execução das receitas correntes e de capital do mês anterior ao que decorre a Assembleia Municipal. Manifestou a intenção da sua bancada de votar favoravelmente esta proposta.-----

Colocada a proposta à votação foi a mesma Aprovada por Unanimidade.-----

b)- Proposta 23/2011 - Aprovar o projeto-proposta do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2012, nos termos da proposta, ao abrigo da alínea b) do n.º2 do artigo 53.º da Lei n.º169/99 de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º5-A/2002 de 11 de janeiro;

O senhor Vice-presidente, José Graça, fez a introdução do tema, fazendo uma abordagem generalizada ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para o ano 2012. Apresentam quer no lado da despesa, quer no lado da receita, um orçamento previsível de cento e quarenta e nove milhões, trezentos e sessenta e um mil, setecentos e cinquenta e quatro euros e quarenta e oito cêntimos, representando em termos de receitas e despesas uma redução na casa dos 14% em termos de previsão de orçamento. Em termos de receita há uma redução substancial em quase todos os itens. Há igualmente uma redução significativa nas despesas com pessoal, que tem a ver com a alteração salarial em curso e igualmente em termos de investimento. Estão listadas todas as



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

rubricas com valores superiores a trezentos e cinquenta mil euros de dotação previsível para o ano de 2012. Em termos de grandes áreas, a água e esgotos continua a ser de 27.8% das Grandes Opções do Plano, rede viária com 23.3%, a educação com 10.9% e o ambiente com 8.9% e estas são de facto as 4 áreas principais. Hoje existe um nível de incerteza relativamente ao orçamento que é maior do que era no passado devido às diminuições de receitas, principalmente o imposto do IMT que não para de decrescer e neste ano de 2011 situar-se-á na casa dos 16.8 milhões de euros quando logo nos primeiros anos em que passou da SISA para o IMT, estava na casa dos trinta milhões, tendo atingido o valor recorde em 2007 de 47 milhões e não para de decrescer desde 2007 até hoje. Em 2009 ficou abaixo da média, 20.8, em 2010, 20.6 e este ano de 2011, 16.8 e seguramente para o ano irá continuar a decrescer.-----

O senhor deputado Hugo Nunes (PS), na análise que fez do documento, no resumo das despesas, verificou que nas despesas não tinha encontrado o valor da amortização do empréstimo de curto e médio prazo. Referiu que as Grandes Opções do Plano aqui apresentadas a proposta de orçamento, apresenta em despesas correntes setenta e sete milhões e setecentos mil euros e apresenta em despesas de capital setenta e um milhões de euros. As despesas correntes dividem-se em 6 rubricas e dessas 6 rubricas, há 2 rubricas que absorvem sessenta e oito milhões de euros, que são as despesas de pessoal e a aquisição de bens. Continuou a analisar rubrica por rubrica o documento. Questionou o executivo sobre as obras em curso este ano, se irão ter continuidade em 2012, o dinheiro não vai chegar para as cobrir. Terminou dizendo que com este documento das Grandes Opções do Plano, a discussão não pode ser séria, há que mudar a forma de fazer estes documentos.-----

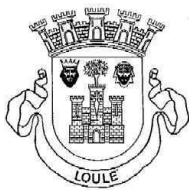
O senhor deputado Carlos Martins (BE), teceu alguns comentários sobre a forma como gostaria que este orçamento tivesse sido construído. Fez declaração de voto.-----

Declaração de Voto:-----

“O Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2012, deveria ter como principal objetivo o seguinte lema “em tempo de crise as pessoas são a prioridade”.-----

A diminuição das receitas do município, implica a exigência de rigor acrescido, o momento impõe responsabilidade, seriedade e transparência. Não é mais aceitável malabarismos financeiros que introduzem no orçamento receitas fictícias.-----

Neste orçamento estão cerca de 50 milhões de euros em verbas de receitas desse tipo, que destituem de qualquer objetividade a proposta do plano de



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

investimentos, e dão toda a folga para a discricionariedade das opções do investimento que têm que ser tomadas.-----

Esta era a nossa primeira exigência reiterando esforços da nossa posição aquando da discussão dos orçamentos anteriores e que era evidente a falta de rigor com a inclusão de receitas que à partida se sabiam não existirem, atingindo cerca de 1/3 do volume global projetado, os relatórios de contas confirmam.-----

A segunda orientação, receitas na definição de prioridades, hoje já não é tempo de prosseguir políticas de investimento, visando satisfazer vaidades políticas ou de técnicos que querem afirmar a marca do seu traço, tantas vezes ao arrepio dos interesses das populações, da melhoria da sua qualidade de vida, da afirmação das suas competências, da valorização do curso do concelho.-----

No momento presente uma prioridade se sobrepõe a todas as outras, as pessoas.-----

A sua sobrevivência com dignidade, a qualidade da sua vida.-----

O número crescente de desempregados e de pessoas sem quaisquer apoios sociais em consequência ao corte do direito do subsídio de desemprego, e ao rendimento social de inserção, empurram-nos e empurram os nossos concidadãos para situações desesperantes.-----

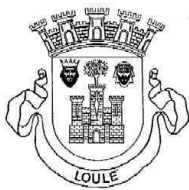
As autarquias locais são o poder político mais próximo e que melhor conhece e que na emergência tem que ser capaz de responder. -----

Defendemos em consequência um orçamento que procurando equilibrar as contas, tenha nas pessoas toda a sua prioridade.-----

Com este enquadramento, o Bloco entende que a construção do orçamento para o próximo ano, deveria programar e dotar verbas significativas nas seguintes intervenções; criação de uma plataforma de emergência social, um estímulo às micros, iniciativas económicas e de emprego, renegociação das obras adjudicadas em execução, adequando o investimento às possibilidades financeiras e prioridades do município. Criação de plataformas de cooperação para reabilitação urbana, criar um programa de compras de proximidade, quer um programa de incentivo à inovação e emergência de novos produtos.”-----

Esta era a nossa postura que gostaríamos de ver neste orçamento. -----

Pediu a palavra o senhor deputado Gilberto de Sousa (PSD), referiu que longe vão os tempos em que a oposição chegava à Assembleia com propostas concretas sobre onde cortar e o que fazer, e nessa altura era o PSD oposição. A listagem apresentada pelo BE, é louvável, mas só peca por não ser mais específica. A oposição deve colaborar para termos um orçamento e as grandes opções do plano o mais consensual e abrangente possível. Lamentou que a oposição se esqueça de um pequeno detalhe, é que quem conduziu os municípios a esta situação, não foi este Executivo, foi o anterior Governo.-----



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

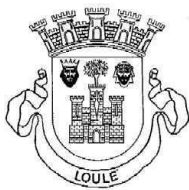
Há que aceitar essa realidade e reconhecer que este executivo está a fazer aquilo que é possível fazer, em função da condução do município à atual situação.-----

Interveio o senhor Vice-presidente, José Graça, fazendo uma análise comparativa dos anos anteriores em termos de receita e despesa. Mencionou na sua intervenção que para o próximo ano de 2012 vai ser difícil fazer grandes investimentos, dada a situação financeira existente. Chamou a atenção para o facto de haver diminuição das despesas de capital. Na ação social verifica-se um aumento das despesas por motivos óbvios, no que respeita às IPSS, a área social, passa a ter que ser fortemente apoiada pela Câmara Municipal. Está muita coisa inscrita, mas verdadeiramente a esmagadora maioria são pequenas obras. Reportou-se a 2000, ano em que ainda não havia crise, sendo o pior ano de execução. Para comparar os valores desse ano com os atuais, a taxa de execução em 2012 não irá ser pior aquela que aconteceu em 2000. Se não houver receita não haverá investimento.-----

Respondendo aos senhor deputado Carlos Martins, referiu que as pessoas são claramente a prioridade, sendo este orçamento um reflexo disso mesmo, porque se há uma rubrica que subiu neste orçamento foi a da Ação Social, e a construção dos lares são o exemplo disso mesmo.-----

Usou da palavra o senhor deputado João da Conceição (PSD), para manifestar a sua preocupação como cidadão e como empresário com a classe empresarial, que sustenta o crescimento do município. Encontra-se numa fase de sobre endividamento. Referiu ainda que este orçamento vai no sentido da contenção de despesas. Diz que tem grande preocupação com o problema que o país atravessa e que, obviamente quando o Estado gasta mais, vai ter que ir buscar aos contribuintes. Futuramente os empresários irão ter que ceder parte do seu património, os funcionários perderão o seu salário ou serão diminuídos. Quanto mais o Estado gastar, mais sobem os impostos e os cidadãos mais impostos têm. É reconhecido um esforço enorme no rigor da gestão deste orçamento, no rigor da contenção e do combate ao desperdício. Pede que a Câmara preste atenção à área empresarial que deve apoiar.-----

O senhor deputado Hugo Nunes (PS) interveio dizendo que a execução e o rácio da execução do plano de atividades e do orçamento nunca foram objetivo dessas gestões. Acusou o executivo de ter uma dívida de 96 milhões de euros, num município que não estava habituado a ter problemas financeiros. Aconselhou o senhor Vice-presidente a que reveja o seu posicionamento e o posicionamento deste concelho.-----



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

Dirigiu-se ao senhor deputado Gilberto de Sousa, dizendo que o esforço é reconhecido porque a situação do município é muito complicada e vê-lo a tentar defender o indefensável, merece da minha parte o reconhecimento do esforço que faz. -----

Interveio o senhor deputado Carlos Martins (BE), referiu que o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, são caracterizadas por um decréscimo significativo dos meios financeiros disponíveis para manter o nível de investimento. Fez uma análise detalhada do orçamento, concluindo que de 2007 para 2008 houve uma perda de dez milhões de euros, sendo que de 2008 para 2009 houve mais uma perda de dez milhões de euros, e finalmente de 2009 para 2010 a diminuição foi de sete milhões de euros. O valor em dívida de trabalhos já efetuados e as receitas são insuficientes para cobrir a totalidade das despesas sobrando muito pouco para investimentos.-----

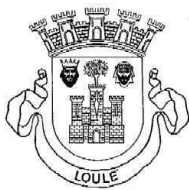
Analisando as contas verifica-se que num orçamento de cento e quarenta e nove milhões de euros, inferior a 2010, as receitas separadas em termos correntes, setenta e oito milhões de euros, praticamente vão dar para pagar as despesas correntes inscritas.-----

Respondendo o senhor Vice-presidente, José Graça, disse que na despesa corrente há uma redução de 7 milhões de euros para 2011 e que a continuação é de haver menos investimento para este ano. Vai ser difícil uma despesa de capital superior aos 30 milhões e é parte da despesa hoje devida a empreiteiros. A despesa corrente cresceu em todos estes anos, em todas as Câmaras do país, apenas decrescendo porque o país entrou em crise.-----

Seguidamente o senhor Presidente da Câmara Municipal de Loulé, tranquilizou os senhores deputados, dizendo que se pode confiar nos Orçamentos e Planos de Atividades que este executivo tem apresentado com os resultados que tem obtido e que dão a garantia da transparência, da seriedade, do rigor e da competência. Não há motivo nenhum para que os munícipes do concelho de Loulé, hoje não confiem no Executivo da Câmara Municipal de Loulé, com a crise que o país atravessa. Há que ter confiança no futuro do nosso concelho, porque tem potencialidades para ultrapassar tudo no próximo ano.-----

Agradeceu aos senhores Presidentes de Junta pelo extraordinário trabalho que têm feito ao longo destes anos.-----

Reconheceu a forma com que cada bancada defende a sua posição nesta matéria, mantendo-se fiel às suas posições. Teceu algumas palavras de confiança relativamente ao futuro do concelho de Loulé e apelou à união das Juntas de Freguesia com o Executivo Municipal.-----



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

A proposta foi colocada à votação e Aprovada por Maioria, com 22 votos a favor do PSD e 1 do PS, 1 voto contra do BE, 12 abstenções, sendo 11 do PS e 1 do CDS/PP.-----

O senhor deputado Hugo Nunes (PS), fez uma **declaração de voto oral**:-----

"A bancada do PS absteve-se na votação do orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2012. A situação financeira da Câmara Municipal de Loulé é extremamente preocupante e exigia mudança clara na forma como estes documentos são elaborados e apresentados. Se o orçamento da Câmara Municipal de Loulé para 2012, atendendo à elevada dimensão, das dívidas que transitam de 2011 para 2012, começam a aproximar-se dos 50 milhões de euros, justificam que o montante que totaliza este orçamento, esteja longe daquela que é a capacidade de gerar receitas da Câmara Municipal. As Grandes Opções do Plano pelo contrário, estão muito para além daquilo que qualquer margem necessária para uma gestão flexível ou com instrumentos de flexibilidade do Município desta dimensão, possa exigir.-----

Estes documentos têm assim leituras completamente diferentes, um é um orçamento que resulta das condicionantes do município, algumas externas, outras internas, resultado da gestão que foi feita ao longo desta última década. As Grandes Opções do Plano, pelo contrário, mais não são do que a insistência num modelo de quem não sabe para onde vai, e não tem respostas para resolver os problemas perante os quais este concelho está confrontado.-----

A situação complicada do município no entanto, justifica que a aprovação do orçamento seja facilitada com a abstenção do PS e justifica também que o PS dê também mais este tempo, para que este município, para que este Executivo, possa corrigir a mão e alterar o rumo que está a adotar na gestão do município e do concelho, para que possa concluir este mandato, invertendo a tendência preocupante de acumulação de dívida que compromete o futuro de todos nós."

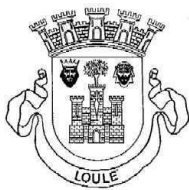
Igualmente o senhor deputado Carlos Martins (BE), fez uma **declaração de voto oral**:

Declaração de Voto

Orçamento e Grandes Opções do Plano 2012

O orçamento da Câmara Municipal de Loulé para 2012 mais uma vez apresenta empolamento de receitas, o que constitui uma mistificação da realidade.

Esta atitude é objetivamente uma mentira aos munícipes, representando uma falta de respeito pela população e pelos autarcas eleitos.



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

Apresentar um orçamento fortemente empolado, é enganar os munícipes pois as promessas de realizações, não vão ser cumpridas.

O valor de receita de 149 milhões de euros é uma fantasia, quando é sabido que em 2010 a receita foi de 97,5 milhões e em 2011, será certamente inferior a esse valor, (tendo por base a informação referente ao mês de novembro o município somente arrecadou 83M€).

Acresce que, mais uma vez só o recurso ao crédito permitirá que as contas de 2011 não sejam encerradas com grande deficit e com mais dívidas a fornecedores do que as apresentadas em 2010.

Face à evidente intenção de enganar os munícipes o Bloco de Esquerda vota contra o Orçamento e Grandes Opções do Plano apresentado para o Município de Loulé para 2012.

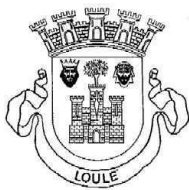
c)- Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal, nos termos da alínea e) do n.º1 do artigo 53.º da Lei n.º169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Interveio o senhor deputado Pedro Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de S.Clemente), para manifestar a sua satisfação e orgulho com a decisão tomada pelo Executivo de criar a Associação Internacional de Polícia delegação Sul. Para os policia aposentados de outros países poderem vir passar férias ao nosso país, realçou que o projeto implementado e o acordo celebrado não tinha sido fácil, mas que a obra estava aí e era motivo de orgulho para todos.-----

O senhor deputado Carlos Martins (BE), questionou o Executivo sobre a data prevista para a abertura ao público do Parque Municipal.-----

Pedi a palavra o senhor deputado Gilberto de Sousa (PSD), para desejar festas felizes a todos os presentes, com votos de um bom ano de 2012, tão bom como possível atentas as circunstâncias, sobretudo com esperança no futuro. Tem fé e esperança que os responsáveis tenham a coragem de tomar as medidas necessárias para que num futuro próximo possamos encarar Portugal como um país onde valha a pena viver.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, relativamente à casa da policia, explicou que a casa tinha sido adquirida pela autarquia há uns anos, em elevado estado de degradação, foi cedida à International Police Association, e



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

que irá permitir que policias de todo o mundo venham a Loulé. A casa foi recuperada, é composta por sete quartos, sala, bar de apoio e que irá permitir policias de todo o mundo vir a Loulé usufruir de uns dias de descanso com todo o conforto.-----

Relativamente à obra do Parque Municipal, disse terem existido atrasos no que respeita à plantação da relva, existiram alguns problemas, mas que em fevereiro de 2012 estava prevista a sua inauguração.-----

Desejou festas felizes a todos os presentes.-----

O senhor deputado Hugo Nunes (PS), em nome da sua bancada desejou votos de boas festas a todos os presentes e expressou o seu desejo que em 2012 o concelho de Loulé tenha prosperidade.-----

Igualmente o senhor deputado Carlos Martins (BE), em nome da sua bancada do BE, desejou boas festas a toda a população em geral, e fez votos de que não percam nunca a esperança, sonhando mesmo que amanhã será um dia melhor.-----

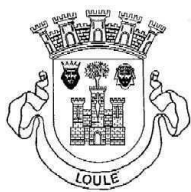
O senhor deputado António Farrajota (CDS/PP), fez também o seu desejo de votos de boas festas e que tenham esperança no futuro, prevendo que o ano de 2012 irá ser um ano muito difícil, mas pediu para nunca perderem a fé e a esperança, procurando sermos melhores, mais solidários com os outros.-----

O senhor Presidente da Assembleia, fez os seus votos de boas festas, pedindo para nunca perderem a fé e a esperança, apesar da crise da zona euro estar a afetar todos, fez votos para que sejamos mais solidários. Desejou que o próximo ano, traga menos sofrimento do que daquilo que podemos imaginar.---

O Senhor Presidente deu como terminada a Sessão, e nada mais havendo a registar foi lavrada a presente ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A 1.º SECRETÁRIA _____



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001

289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030
